



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 22 DE
FEVEREIRO DE 2018**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva

O **Presidente da Câmara**, informou ter reunido com a Secretária de Estado da Educação no passado dia 20 de fevereiro, tendo sido debatidos diversos assuntos entre os quais o Contrato Interadministrativo, infraestruturas, ensino na zona poente do Concelho e as infraestruturas existentes a nascente.

O **Vice-Presidente da Câmara**, a respeito do Instituto Profissional da Bairrada, assunto levantado na última Reunião de Câmara, informou que o mesmo possui atualmente noventa alunos, distribuídos por sete turmas. Conta com dezoito colaboradores, sete dos quais em regime de permanência.
No que respeita à questão financeira, referiu que a Câmara Municipal realizou a parte restante do capital social que ainda faltava no ano transato, não havendo, de momento qualquer tipo de apoio ao nível da despesa corrente.

Em relação à Fundação, informou que a mesma tem tido uma evolução favorável, tendo já está a ter resultados operacionais positivos.

Ao nível dos resultados com o ensino, recordou ter sido publicada uma notícia hoje no “Jornal da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Bairrada”, a informar que alunos do IPB iriam estar presentes na Irlanda, após terem estado há alguns dias na Polónia, pelo que existe já uma internacionalização daquele estabelecimento de ensino e o mercado de trabalho, o principal avaliador do sucesso daquela escola, aceitou muito bem os 15 alunos que já terminaram o curso, estando a haver procura por parte de empresas de alunos provenientes do IPB, pelo que, do seu ponto de vista se augura um caminho de sucesso para aquele estabelecimento de ensino.....

O **Vereador Fernando Silva**, recordou que aquele estabelecimento de ensino tem capacidade para duzentos e cinquenta alunos, sendo que o estudo de viabilidade económico-financeira existente, apontava para a necessidade de se encontrarem matriculados esses mesmos duzentos e cinquenta alunos para a escola ser viável. Assim e perante a informação do Vice-Presidente da Câmara, solicitou que fosse apresentado o estudo de sustentabilidade e de viabilidade económica para a escola com noventa alunos.

De igual modo e dado terem sido entregues os diplomas aos alunos que terminaram o curso, questionou se a escola já se encontra certificada por uma entidade acreditada, que lhe permita a emissão dos referidos diplomas.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, no que respeita à cedência de salas da antiga Escola de Águas Boas, procurou saber o ponto de situação relativamente à utilização de uma das salas, por parte da Associação Unidos por Águas Boas, uma vez que a mesma já não possui qualquer atividade e existe a pretensão da Associação dos Amigos de Águas Boas em ficar com aquele mesmo espaço.

Referiu ter ficado agradado pelo facto de se equacionar uma eventual transmissão online das Assembleias Municipais, lançando o repto para que essa iniciativa também se alargue às Reuniões de Câmara.....

Em relação ao Boletim Informativo do Município de Oliveira do Bairro “OI”, apercebeu-se da mudança da equipa técnica que procede à elaboração do mesmo, uma vez que, para além dos Serviços de Comunicação e Imagem, tem agora igualmente a participação do Gabinete de Apoio à Presidência. O mesmo se passando com a empresa que procede à impressão daquele Boletim, passando da Procer para uma empresa de Coimbra. Tendo em atenção o lema da candidatura do CDS-PP “mais perto de si”, questionou porque razão passou a impressão do Boletim Municipal a ser feita por uma empresa fora do concelho.....

Reportando-se à última sessão da Assembleia Municipal, considerou que quando se efetuam intervenções ou se proferem determinadas afirmações, se tem de ter o devido conhecimento das situações.

Disse não entender que se diga que Oliveira do Bairro tem pouco ou que tem muito, quando na realidade não se tem noção daquilo que efetivamente existe no Concelho. Referiu que ao nível da Cultura no Concelho de Oliveira do Bairro, deve ser levado a efeito um levantamento rigoroso,



Oliveira do Bairro câmara municipal

exaustivo e fidedigno do que existe, uma vez que, presentemente, apenas existe uma tipificação em relação à área patrimonial constante da 2.^a Revisão do PDM, que não traduz a realidade, peca por defeito, pelo que, na sua opinião, tem de se avançar com a elaboração de uma Carta Patrimonial, porque será esse levantamento exaustivo que poderá conduzir ao aproveitamento das ideias que forem lançadas pelos agentes políticos concelhios e que poderá colocar o Concelho de Oliveira do Bairro na “moda”.....

O **Vereador António Mota**, relativamente à questão do IPB, disse considerar pertinentes as considerações do Vereador Fernando Silva tendo em atenção o investimento efetuado por parte da Câmara Municipal.

Considera que o grande fator de desenvolvimento daquele estabelecimento de ensino é a residência de estudantes que se encontra projetada, uma vez que será a construção dessa obra que dará mais dinâmica em relação ao número de alunos e à sua rentabilidade, pelo que, no seu entender, esta questão terá de ser abordada o mais depressa possível com o principal obreiro daquele estabelecimento de ensino, nomeadamente as questões financeiras que permitam erguer a referida residencial de estudantes. Assim, procurou saber o ponto de situação sobre aquele mesmo projeto. .

Relativamente a uma entrevista dada pelo Presidente da Câmara de Oliveira do Bairro ao jornal “Diário de Aveiro”, aconselhou-o a ler a entrevista dada pelo Presidente da Câmara de Vagos porque, quem conhece o concelho de Oliveira do Bairro e conhece as situações e lê as informações que foram transmitidas ao jornalista, constata que metade do que foi dito não corresponde à verdade.....

Procurou saber quantos são e onde é que se encontram os lotes na Zona Industrial de Oitã infraestruturados e disponíveis para venda e que foram referidos na entrevista.

Questionou se os projetos aprovados e que transitaram do Executivo Municipal anterior não serão suficientes para o Presidente da Câmara iniciar a sua atividade de uma forma engrandecedora. Mais disse que, alguns desses mesmos projetos vão inclusive de encontro às promessas feitas pelo Presidente da Câmara em campanha eleitoral, muito embora reconheça que em alguns casos tenha de haver reprogramações ou alterações.

De seguida solicitou ao Presidente da Câmara que prestasse aos Vereadores do Executivo Municipal alguma da informação que transmite na Assembleia Municipal, de uma forma mais pormenorizada, considerando este um pilar fundamental para a transparência na gestão autárquica. Exemplificou com a questão relacionada com a Sonae, procurando saber o que se passa relativamente à devolução de seiscentos mil euros. De igual forma, procurou saber quais os projetos comparticipados que implicam a devolução de cerca de seiscentos mil euros, uma vez que a informação que foi prestada menciona tão somente que terá de ser feita a devolução, mas ninguém sabe de onde ou porque razão essa devolução deve ser efetuada.

No que respeita à “Agenda 21 Local”, procurou saber qual a linha orientadora que vai ser seguida



Oliveira do Bairro câmara municipal

pelo atual Executivo Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou não ter conhecimento do estudo que inicialmente foi levado a efeito relativamente à viabilidade económico-financeira do IPB ser apenas possível com o número de duzentos e cinquenta alunos, uma vez que a realidade demonstra que apenas com uma centena de alunos é possível ter uma Escola com um resultado operacional positivo e cujas contas foram certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

Independentemente de o IPB estar credenciado ou não, o que vai averiguar, mais importante é o facto de o mercado de trabalho aceitar e procurar os profissionais que saem daquele Instituto, as empresas do Concelho e não só, já sabem que têm ali uma fonte de mão de obra qualificada.

No que respeita à questão da Residência para estudantes, informou ser entendimento de Administração da Fundação que não é oportuno, para já, a sua construção e, por conseguinte, o projeto encontra-se em “stand by”.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que Oliveira do Bairro necessita de resolver duas situações que considera fundamentais, uma na Educação e outra na Economia, sendo que o atual Executivo Municipal nada informa nas Reuniões de Câmara. Acrescentou que a presente reunião, além de um ponto da ordem de trabalhos, não necessitava de ser realizada porque não é rentável e o mesmo se passou na última Reunião de Câmara.

Na sua opinião, as Reuniões de Câmara não têm nenhum interesse a não ser o Período Antes da Ordem do Dia, porque o Executivo assim o decidiu.

Criticou ainda o facto de as Vereadoras, que são pagas a tempo inteiro, terem chegado atrasadas à Reunião de Câmara o que, do seu ponto de vista, é inconcebível.....

Mais disse que o Presidente da Câmara, na entrevista que deu, finalmente reconhece aquilo que a UPOB lhe pediu logo na primeira Reunião de Câmara, que é elaborar um Plano Estratégico. Disse na entrevista que o vai fazer, contudo, no Plano de Atividades do corrente ano não surge nenhuma verba destinada à elaboração do Plano Estratégico de Oliveira do Bairro, tendo, por conseguinte, questionado qual a rubrica em que o mesmo se inclui.

No que respeita à atração de investimento, referiu que bastará ler o jornal de hoje para ver como é que Oliveira de Azeméis, Vagos, Aveiro e Ílhavo, tencionam atrair investimento para os seus concelhos. Disse nunca ter havido em Oliveira do Bairro quatro Vereadores a Tempo Inteiro. Para além desses, o Presidente da Câmara foi buscar mais dois elementos da sua Lista, o Dr. João Martins e o Dr. Tiago Matias, que também estão ao serviço do Executivo a tempo inteiro, pelo que, do seu ponto de vista, o atual Executivo mais parece uma Comissão de Festas.....

Acrescentou que, com sete pessoas a tempo inteiro esperava mais trabalho do que aquele que é evidenciado nos assuntos que são presentes em Reunião de Câmara, pelo que, o Presidente da Câmara tem de fazer esta equipa render o dinheiro que os Municípios lhes pagam, inclusive chegar a



Oliveira do Bairro câmara municipal

horas às reuniões.

Referiu que o Presidente da Câmara destinou uma verba de trezentos mil euros ao desenvolvimento da Economia mas, a título de exemplo, informou que o Presidente da Câmara Municipal de Vagos incluiu uma verba de dois milhões e quinhentos mil euros para a qualificação da parcela B na Zona Industrial de Sosa e que em breve anunciará a instalação de mais uma unidade que irá ocupar cinquenta mil metros quadrados.

Relembrou ter, já por duas ocasiões, apresentado em Reunião de Câmara duas Propostas para serem discutidas, mas que até ao momento ainda não o foram, contudo, o Presidente da Câmara na Assembleia Municipal diz que a UPOB não ajuda relativamente à questão da Educação.

Confessou não entender como é que a Ata do dia 25 de janeiro só é presente para aprovação no dia 22 de fevereiro, questionando se, com todos os funcionários da Câmara não há a possibilidade de as Atas serem aprovadas na reunião imediatamente seguinte.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a Câmara Municipal se encontra de desenvolver os procedimentos legais relativamente à cedência da Sala da antiga Escola Primária de Águas Boas à UPAB, de modo a poder-se rescindir o Protocolo existente, tanto mais que aquela Associação possui algum equipamento que tem de ser devidamente salvaguardado.

Relativamente à questão do Boletim Municipal, informou que a questão da mudança de empresa se encontra relacionada com o novo Código dos Contratos Públicos, que implica algumas alterações em determinados aspetos.

Informou que os processos da Sonae foram já discutidos em Reunião de Câmara, o mesmo se tendo passado relativamente à devolução das verbas de candidaturas e que, neste caso, se prende com todo o processo que envolveu a alteração do projeto do Auditório da Freguesia de Oiã e que obriga à devolução das verbas já referidas anteriormente.

No que respeita às Zonas Industriais, esclareceu que Vagos teve a possibilidade e a ousadia de apresentar uma Candidatura quando teve essa possibilidade. Oliveira do Bairro não o fez e agora tem de ser a Câmara Municipal a adquirir os terrenos, considerando ser essa a grande diferença, no atual momento, do que é possível ao Executivo de Oliveira do Bairro fazer, quando comparado com o de Vagos que tem dois milhões e quinhentos mil euros para aplicar em Zonas Industriais e Oliveira do Bairro não tem, porque não se candidatou, porque falhou os projetos, porque não tinha os assuntos prontos. Reconhece, contudo, que o caminho tem de ser trilhado assim como se tem de ter a devida ousadia e é isso que pretende que seja levado a efeito.

Acrescentou que a aposta de Vagos foi aquela, Oliveira do Bairro optou por efetuar outro tipo de apostas, cujos projetos têm de ser recalendarizados, alguns dos quais tiveram mesmo de ser anulados em face de erros detetados e que poderiam acarretar futuros problemas para o Município, considerando que essa foi a ousadia do passado e é a ousadia do presente, uma vez que o trabalho



Oliveira do Bairro câmara municipal

desenvolvido tem como destino final os Municípios do Concelho de Oliveira do Bairro.....
Informou os presentes que o Presidente da Câmara se encontra a exercer funções a tempo inteiro e bem assim os Vereadores com pelouros atribuídos. O Sr. João Martins não se encontra a exercer funções a tempo inteiro, mas os contratos são públicos e, por conseguinte, podem ser analisados, o mesmo se passando com o Sr. Tiago Matias, cujo contrato denota uma poupança para a Câmara Municipal.

No que concerne ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico para a Promoção do Investimento no Concelho de Oliveira do Bairro, informou haver uma rubrica específica para o efeito.

O **Vereador António Mota**, procurou saber quem eram os responsáveis pelos erros no âmbito dos projetos candidatados ao Quadro Comunitário, se tinham sido erros políticos ou erros técnicos.

O **Vereador Fernando Silva**, disse não ser verdade que as obras eram levadas a efeito somente quando existem Candidaturas aprovadas, já que, no caso do Município de Vagos e anteriormente mencionado, ainda não se obteve o financiamento comunitário e é isso que pretende que seja igualmente levado a efeito em Oliveira do Bairro, mesmo não prevendo a obtenção de uma Candidatura a fundos comunitários, que se trabalhe nesse sentido.

A **Vereadora Lília Águas**, informou ter chegado atrasada à Reunião em virtude de ter estado a resolver um assunto da área da Educação que, além de ser urgente é do interesse do Município.

No que respeita à Agenda21 Local, lembrou ser um Plano de Ação de Desenvolvimento Sustentável, cujo início data de 2006 e contou com a participação da Universidade de Aveiro e a parceria de outras entidades, contudo, o mesmo encontra-se parado há já dez anos.

O atual Executivo Municipal já viu o projeto e a metodologia que foi definida na altura e verifica-se que, com dez anos de existência já se encontra algo desatualizado, pelo que o mesmo terá de ser reformulado.

O **Presidente da Câmara**, reiterou que se encontra documentado, nomeadamente nos relatórios da CIRA, que a Câmara Municipal de Vagos apresentou uma Candidatura quando as mesmas se encontravam abertas e destinadas a Zonas Industriais, a qual foi aprovada e encontra-se neste momento a ser implementada no terreno. A Câmara Municipal de Oliveira do Bairro encontra-se a trabalhar no mesmo sentido, sendo sobejamente conhecido o levantamento que foi levado a efeito em relação à expansão da Zona Industrial de Vila Verde e da Zona Industrial da Palhaça, local este, onde ainda de manhã se encontrava o Vice-Presidente da Câmara a trabalhar nesse sentido, uma vez que, não tem por hábito mencionar com que proprietários de terrenos é que estão a ser feitas negociações, porque também entende que não deve ficar à espera que sejam aqueles a dirigir-se à Câmara Municipal.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu não ter questionado se a Vereadora Lília Águas estava a trabalhar ou não, mas estavam os restantes elementos do Executivo Municipal à sua espera para



Oliveira do Bairro câmara municipal

iniciar a Reunião, pelo que, sugeriu que da próxima vez os trabalhos se iniciassem mesmo às 14.30 com quem estivesse presente.....

O **Presidente da Câmara**, deu a conhecer que, atendendo aos princípios de modernização administrativa que se encontram a ser implementados na Câmara Municipal, a documentação respeitante às Reuniões de Câmara passaria a ser remetida por e-mail, sendo que, a convocatória para a próxima Reunião seria enviada para os e-mails particulares, contudo, nessa mesma Reunião será fornecido uma conta de e-mail da Câmara Municipal, respetiva login e password, para que os Vereadores passem a consultar a documentação oficial remetida para este efeito.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2018

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que se deveria tentar que o que fosse aprovado numa dada reunião diga respeito à Ata da Reunião de Câmara anterior.....

O **Presidente da Câmara**, disse que se está a trabalhar nesse sentido.....

O **Vereador António Mota**, referiu que são poucos os Pontos da Ordem de Trabalhos e as Deliberações já se encontram aprovadas em Minuta, faltando tão somente as intervenções dos Vereadores, disse não fazer sentido aprovar atas com um mês de atraso.....

O **Presidente da Câmara**, disse que serão feitos esforços para que as Atas sejam elaboradas o mais rapidamente possível.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 25 de janeiro de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 25 de janeiro de 2018, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 3/2018 APRESENTADA PELO RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Técnico Municipal Miguel Duarte a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Técnico Municipal** Miguel Duarte, disse que este Regulamento vem materializar aquela que é a vontade do Executivo Municipal em permitir que os cidadãos tenham a oportunidade de, também eles,



Oliveira do Bairro câmara municipal

participarem na discussão política, nomeadamente na forma como a Câmara Municipal utiliza uma parte do seu Orçamento de investimento. Esta iniciativa permite aos cidadãos expressar as suas ideias para o desenvolvimento do Concelho.

Mais disse que o início do procedimento ocorreu em Reunião de Câmara de 25 de janeiro, sendo intenção que o mesmo possa vir a ser aprovado em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do mês de abril e entrar em execução na segunda metade do ano.

O **Vereador Fernando Silva**, informou ter tido conhecimento que o cidadão que se constituiu como interessado, ao contrário do que se encontra mencionado na Informação do Técnico Municipal, apresentou contributos para a elaboração do Regulamento, tendo entregue cópia do e-mail onde se encontrava essa mesma informação. Para além desta deficiência, criticou ainda o facto de o processo assentar essencialmente no *online*, ou seja, quem não tiver *internet* não terá possibilidade de participar no processo.

Relativamente ao conteúdo do Regulamento, referiu não entender o motivo pelo qual se menciona um “valor total mínimo de 1%”, sendo que, provavelmente o que se pretendia era fazer menção a um valor total máximo de 1%.

Do seu ponto de vista um Regulamento deve detalhar ao máximo como irá ser conduzido o processo e este é um Regulamento que irá comprometer o Executivo, no mínimo, durante quatro anos e sendo assim, deveria haver datas pré-estabelecidas, calendarização que, na sua opinião, não tem de ser presente anualmente ao Executivo Municipal uma vez que não é eficiente e pode haver esquecimentos, daí entender que deve ser apresentado um calendário das ações, nomeadamente a calendarização das diferentes etapas, que não consta.

Considerou que este é um documento vago que nada regula.

O **Presidente da Câmara**, informou que o único e-mail que teve conhecimento, foi somente aquele em que o Munícipe se constituiu como interessado, que encaminhou para os serviços e no mesmo não remete qualquer contributo. Relativamente ao e-mail mencionado pelo Vereador Fernando Silva, informou não ter tido conhecimento do mesmo.

Apesar disso, referiu que neste período de consulta pública serão analisados todos os contributos, quer os do munícipe em causa, quer os contributos dos Vereadores do Executivo Municipal e de outros. Posteriormente, o Regulamento definitivo será presente novamente a Reunião de Câmara para ser subscrito e remetido para aprovação da Assembleia Municipal.

O **Vereador Fernando Silva**, disse considerar que deveria ser remetido a consulta pública o documento final, aquilo que o Executivo Municipal pretende vir a implementar, questionando quem é o mero cidadão do Concelho que vai propor ideias. Disse discordar da forma como o documento é apresentado, que demonstra que o Executivo Municipal não trabalhou e o que pretende é que o público lhe dê ideias.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Seguidamente entregou um documento contendo alguns contributos para a melhoria do Regulamento em análise.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, considerou não ser fácil a implementação de um novo Regulamento, nomeadamente este que poderá ser uma marca do Concelho, deixando, por conseguinte, uma palavra de apreço a quem o elaborou.

Da análise que fez ao documento deu conta que o processo se encontra muito focado no *online*, muito embora nos encontros de participação se preveja que as pessoas possam fazer a sua inscrição no local, entendendo que essa previsão poderia ser feita anteriormente, sugerindo que fosse dado um papel suplementar ao coordenador, de modo a que os cidadãos pudessem, por intermédio daquele, efetuar a sua inscrição junto da Câmara Municipal, apresentar uma proposta, ou mesmo votar, uma vez que o Concelho é ainda muito rural e as pessoas não acedem facilmente às novas tecnologias. Referiu haver alguns Regulamentos Municipais que estipulam já a composição da Equipa Técnica, que poderão até ser duas, uma política e outra técnica, havendo até alguns que apresentam um conselho consultivo constituído por membros da Assembleia Municipal e figuras representativas de algumas áreas do Concelho.....

Mais disse que, se tem de ter a noção que este tipo de Regulamento se vai construindo consoante a sua implementação no território e por conseguinte, deve-se saber o raio e a amplitude que se pretende com esta iniciativa.

De igual forma referiu ser muito difícil que o mesmo consiga ser aprovado na Assembleia Municipal de abril e por consequência, ser implementado e os projetos vencedores constarem do Orçamento do próximo ano, tanto mais que é por todos reconhecido que para esta iniciativa ter sucesso é necessário divulgar, o que leva o seu tempo.

De seguida entregou ao Presidente da Câmara o seu contributo para a melhoria do Regulamento em análise.

O **Vereador António Mota**, considerou que quando um Executivo Municipal remete um Regulamento para Consulta Pública, o mesmo deverá ao máximo inviabilizar comentários exteriores, de modo a evitar uma nova perda de tempo por parte dos técnicos que o elaboraram e terão novamente de o rever, daí entender como pertinentes as questões levantadas pelo Vereador Fernando Silva.

Assim sendo, sugeriu que o Regulamento fosse apenas remetido para consulta pública quando estivesse quase perfeito, após terem sido previstas as situações mencionadas por ambos os Vereadores e assim evitar comentários por parte do exterior e demonstrar que os Técnicos Municipais têm qualidade.

O **Presidente da Câmara**, agradecendo as palavras do Vereador Álvaro Ferreira e as sugestões deixadas pelos restantes Vereadores, mencionou que tudo irá ser feito no sentido de, atempadamente, os munícipes possam colaborar e contribuir não só à distância, mas igualmente de



Oliveira do Bairro câmara municipal

forma escrita e presencial.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscriver o Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais;.....

2.º - Submeter o aludido Projeto de Regulamento a audiência dos interessados, nos termos do artigo 100.º do CPA e, bem assim, a consulta pública de acordo com o estatuído nos números 1 e 2 do artigo 101.º do mesmo Código, procedendo para o efeito, à sua publicação em edição oficial do município e no site institucional da Câmara Municipal na Internet, para que os interessados possam apresentar por escrito as suas sugestões, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação do projeto de regulamento;

3.º - Decorrido o período de Audiência dos Interessados e de Consulta Pública, caso não se tenha verificado a apresentação de sugestões, considerar-se-á a elaboração da proposta regulamentar concluída;

4.º - Registando-se, sugestões por parte de interessados, devem as mesmas ser colocadas à consideração e análise da Câmara Municipal, com vista ao seu eventual acolhimento;

5.º - Concluída a elaboração da proposta regulamentar, a mesma deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

6.º - Em caso de aprovação nos termos antes referidos, dever-se-á promover a sua publicação nos termos legais.

PONTO 4 – E-MAIL DA ACIB – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA BAIRRADA, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO “ESPAÇO INOVAÇÃO” NO DIA 5 DE MARÇO DE 2018, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DO WORKSHOP REGULAMENTO GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do Auditório do “Espaço Inovação” para o dia 5 de março de 2018, à ACIB – Associação Comercial e Industrial da Bairrada, para efeitos de realização de workshop sobre o “Regulamento Geral da Proteção de Dados”.

PONTO 5 – E-MAIL DO AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS 221, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO



Oliveira do Bairro câmara municipal

“ESPAÇO INOVAÇÃO” NO DIA 10 DE JUNHO DE 2018, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE RELACIONADA COM O “DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do “Espaço Inovação” para o dia 10 de junho de 2018, ao Agrupamento de Escuteiros 221, para efeitos de realização de atividades relacionadas com o “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”.

PONTO 6 – E-MAIL DO CLUBE ORNITÓFILO DA BEIRA LITORAL, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO “ESPAÇO INOVAÇÃO” DE 1 A 4 DE NOVEMBRO DE 2018, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DA “23.ª EXPOSIÇÃO DE AVES CANORAS E ORNAMENTAIS, EXPO-AVE 2018”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do “Espaço Inovação” de 1 a 4 de novembro de 2018, ao Clube Ornitófilo da Beira Litoral, para efeitos de realização da “23.ª Exposição de Aves Canoras e Ornamentais – Expo-Ave 2018”.

PONTO 7 – E-MAIL DA JUNTA DE FREGUESIA DE OIÃ, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 31 DE MARÇO DE 2018, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE POR PARTE DA CONGREGAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do Auditório da Freguesia de Oiã para o dia 31 de março de 2018, à Congregação das Testemunhas de Jeová de Oliveira do Bairro, para efeitos de realização de atividade.

PONTO 8 – E-MAIL DA JUNTA DE FREGUESIA DE OIÃ, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DA SALA DE EXPOSIÇÕES DA FREGUESIA DE OIÃ, DE 20 DE FEVEREIRO A 18 DE MAIO DE 2018, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE POR PARTE DA “UCC CUBO MÁGICO DA SAÚDE” ...

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, em que autorizou a cedência gratuita da Sala de Exposições da Freguesia de Oiã, de 20 de fevereiro a 18 de maio de 2018, à UCC Cubo Mágico da Saúde – Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, para efeitos de realização de atividade.

Entretanto pediu a palavra o Vereador António Mota, referindo que a cedência do “Espaço Inovação”, não se reportando a nenhum caso em concreto, não deve ser banalizada porque caso contrário, as Comissões de Festas ou outras começarão a solicitar a sua cedência e aquele espaço deve ser tratado com dignidade e os eventos que ali decorrem devem ter a correspondente dignidade, tendo o



Oliveira do Bairro câmara municipal

Presidente da Câmara lembrado que o Regulamento referente à utilização do “Espaço Inovação” se encontra a ser elaborado e deverá ter esse mesmo cuidado e prever essas mesmas situações. ...

.....
.....
RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **21** de **fevereiro** do ano de **2018**, do qual constam os seguintes dados e valores:.....

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **851.541 Euros e 23 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **772.768 Euros e 16 cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **1.624.309 Euros e 39 Cêntimos**

.....
.....
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: Apesar de haver público presente não se registaram quaisquer pedidos de intervenção.

.....
.....
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato



Oliveira do Bairro câmara municipal

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva